



SINTRAM



Sindicato dos Trabalhadores da
Educação Municipal de Divinópolis

GRUPO TÉCNICO DE TRABALHO

Reforma da Previdência de Divinópolis

PLC nº 008/2026 · Resultado das negociações técnicas

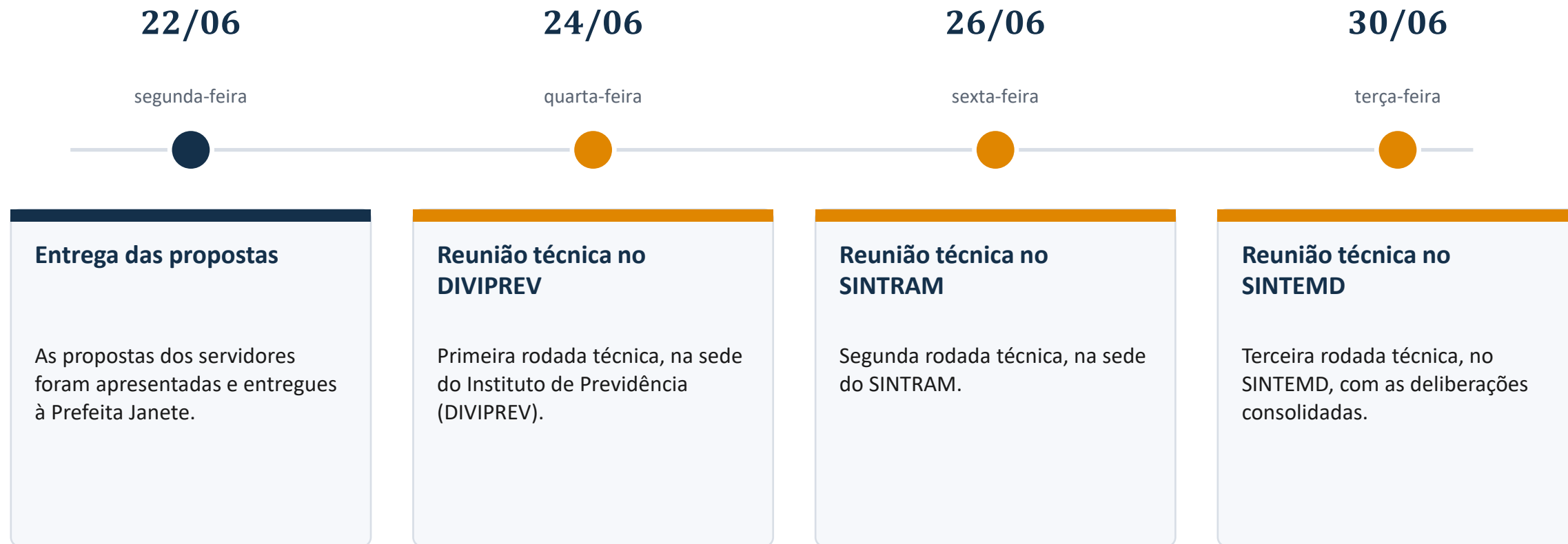
O que os servidores avançaram e o que a Prefeitura não abriu mão.

Os avanços concentram-se em pontos sem impacto financeiro no PLC 008/2026; a Prefeitura preservou integralmente os pontos de maior peso financeiro.

Procedência do material. Baseado nas propostas entregues à Prefeita Janete em 22/06/2026 e resultante das reuniões técnicas de 24/06 (DIVIPREV), 26/06 (SINTRAM) e 30/06 (SINTEMD).

De onde vem este material

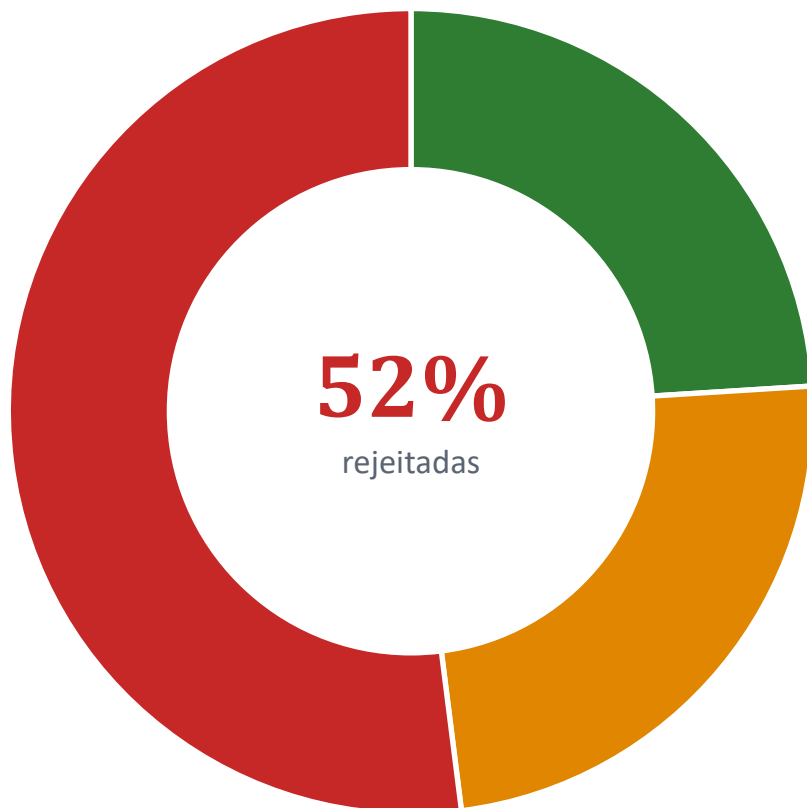
O material sintetiza as propostas dos servidores e o resultado das três reuniões técnicas realizadas em junho de 2026.



A reunião de encerramento, para deliberação final, foi remarcada para 02/07/2026, no Gabinete da Prefeita.

Das 27 propostas deliberadas

Excluídas 2 correções técnicas/legais (apontamentos dos advogados), consideram-se as **25 propostas efetivamente negociadas**.



Acolhido pelo Executivo

Parcialmente acolhido

Rejeitado totalmente

100%

dos pontos de **MAIOR** impacto financeiro foram mantidos pela Prefeitura

13 propostas de maior peso financeiro, nenhuma foi cedida.

12

avanços efetivos dos servidores

acolhidos ou parciais (48% das 25); só o pedágio tem impacto financeiro.

2

correções técnicas e legais

apontamentos dos advogados; fora da base de negociação.

Leitura técnica. Nas 25 propostas efetivamente negociadas (excluídas as 2 correções técnicas), 52% foram rejeitadas. A Prefeitura não abriu mão de nenhum ponto de maior relevância financeira; a única concessão com efeito financeiro foi o pedágio.

Pontos de maior peso financeiro

Nº	Proposta	Deliberação	Impacto financeiro para o Projeto de Lei Complementar nº 008/2026
IDADE MÍNIMA E REQUISITOS DE APOSENTADORIA			
2	Idade mínima dos servidores	Rejeitado	Alto
3	Idade mínima dos professores (funções de magistério, Tema 965/STF)	Parcial	STF (obrigatório)
4	Aposentadoria especial sem idade mínima	Correção técnica *	STF (obrigatório)
REGRAS DE TRANSIÇÃO			
13	Regra de transição dos servidores	Rejeitado	Alto
14	Regra de transição dos professores	Rejeitado	Alto
14-A	Idade mínima progressiva	Rejeitado	Alto
15	Redução do pedágio (de 100% para 50%; idades mínimas mantidas)	Acolhido	Médio
PENSÃO POR MORTE			
6	Cota mínima de 70% (dependente único)	Rejeitado	Alto
7	Proteção do dependente inválido ou com deficiência	Rejeitado	Alto
8	Regras de cessação da pensão	Acolhido	Baixo
CÁLCULO, VALOR E ACUMULAÇÃO DOS BENEFÍCIOS			
7-A	Acumulação de aposentadoria e pensão	Rejeitado	Alto
10	Cálculo dos proventos e reajuste	Rejeitado	Alto
11	Valor dos proventos	Rejeitado	Alto
12	Base de cálculo dos benefícios	Rejeitado	Alto

* **Proposta 4 (aposentadoria especial).** A redação original do PLC contrariava a jurisprudência do STF. A correção foi apontada pelos advogados dos sindicatos e não constitui concessão do Executivo: além de evitar injustiça aos servidores, protege o Município de condenações judiciais.

Custeio, direitos e governança

Nº	Proposta	Deliberação	Impacto financeiro para o Projeto de Lei Complementar nº 008/2026
CONTRIBUIÇÃO, CUSTEIO E SEGREGAÇÃO DE MASSAS			
17	Alíquotas e contribuição dos inativos	Rejeitado	Alto
18	Segregação de massas	Rejeitado	Alto
22-A	Revogação da Lei de Aportes / Plano de Custeio	Correção técnica *	Alto
DIREITO ADQUIRIDO, INTEGRALIDADE, PARIDADE E TEMPO ESPECIAL			
16	Direito adquirido, integralidade e paridade (arts. 49 e 50)	Parcial	Baixo
16-A	Tempo de serviço anterior a 2003 (integralidade)	Rejeitado	Alto
5	Reconhecimento e averbação do tempo especial	Acolhido	Baixo
9	Abono de permanência	Acolhido	Baixo
COMPROVAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E REVOGAÇÕES			
1	Comprovação da união estável	Parcial	Nenhum
1-A	Termo inicial da aposentadoria por incapacidade	Parcial	Baixo
19	Aprovação colegiada para atos estratégicos	Parcial	Nenhum
20	Audiência pública anual de prestação de contas	Acolhido	Nenhum
21	Publicação de indicadores de gestão	Parcial	Nenhum
22	Participação dos segurados (alteração da Lei Orgânica)	Em construção	Nenhum
23	Adicional por tempo de serviço (“pé na cova”)	Em construção **	Médio
24	Vedação à revogação genérica de vantagens	Acolhido	Nenhum

* **Proposta 22-A:** apontamento técnico dos advogados (incoerência no texto original); restou prejudicada pela segregação de massas. Não constitui concessão do Executivo.

** **Proposta 23 (“pé na cova”):** o Executivo sinalizou possível regra de transição, ainda incerta e sem texto debatido.



Avanços pontuais para os servidores; estrutura financeira preservada

- ✓ A Prefeitura preservou integralmente a base financeira do PLC 008/2026: os 13 pontos de maior peso financeiro foram todos rejeitados.
- ✓ Os avanços efetivos concentram-se em pontos redacionais, de procedimento, de transparência e de governança, sem impacto financeiro estrutural; a única concessão de repercussão financeira foi o pedágio da transição (de 100% para 50%).
- ✓ Parte das alterações são correções técnicas e legais apontadas pelos advogados dos sindicatos, e não concessões do Executivo, como a adequação da aposentadoria especial à jurisprudência do STF.
- ✓ Permanecem 2 pontos em construção (participação dos segurados e o “pé na cova”); a deliberação final ocorrerá na reunião de encerramento, em 02/07/2026.

Uma atuação construtiva, técnica e equilibrada

A atuação dos sindicatos e da assessoria jurídica foi, a todo momento, construtiva, pautada pelo diálogo e pelo equilíbrio.

Todas as propostas apresentadas pelos servidores são equilibradas e tecnicamente sustentáveis.

O não acolhimento das propostas é uma decisão política do Poder Executivo, e não uma limitação de ordem técnica.